



Balanço Patrimonial

Exercício Findo em 31/12/2016 e 31/12/2015 (em R\$)

ATIVO	2016	2015	PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
CIRCULANTE	698.401.469	572.585.853	CIRCULANTE	453.903.120	400.948.263
DISPONIBILIDADES	2.033.876	1.728.400	DEPÓSITOS	169.022.633	164.805.631
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	314.599.611	201.230.916	DEPÓSITOS A VISTA	62.819.157	62.309.988
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS	213.918.189	201.230.916	DEPÓSITOS A PRAZO	106.203.476	102.495.643
DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	100.681.423	-	REC. DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	130.877.285	86.412.490
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	380.813.408	368.174.677	OBRIG. POR EMISSÃO DE LETRAS CRÉDITO AGR.	130.877.285	86.412.490
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	405.499.012	380.786.917	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	114.404.742	106.100.169
(-) PROV. P/ OPER. DE CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	(24.685.603)	(12.612.240)	REPASSES INTERFINANCEIROS	114.404.742	106.100.169
OUTROS CRÉDITOS	482.093	1.220.582	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	15.496.120	21.626.654
AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	44.417	72.421	ORDENS DE PAGAMENTO	15.496.120	21.626.654
(-) AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	(22.002)	(52.504)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	-	375.489
RENDAS A RECEBER	114.984	71.837	EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	-	375.489
DIVERSOS	344.694	1.128.828	OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.102.340	21.627.830
OUTROS VALORES E BENS	472.481	231.278	COB. A ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E ASSEM.	48.616	61.641
DESPESAS ANTECIPADAS	444.009	231.278	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	17.508.503	15.353.312
MATERIAL EM ESTOQUE	28.472	-	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	3.179.682	2.555.275
NÃO CIRCULANTE	64.155.053	76.435.369	DIVERSAS	3.365.539	3.657.602
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.917.406	44.264.419	NÃO CIRCULANTE	3.026.509	2.061.605
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	24.997.052	43.344.065	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.026.509	2.061.605
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.944.219	45.301.845	PIS - DEPÓSITO JUDICIAL	275.594	262.074
(-) PROV. P/ OPER. DE CRÉD. DE LIQ. DUVIDOSA	(1.947.166)	(1.957.780)	COFINS - DEPÓSITO JUDICIAL	920.353	920.353
OUTROS CRÉDITOS	920.354	920.354	PROVISÃO PARA GARANTIAS PRESTADAS	1.152.129	879.178
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA	921.785	921.785	OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES	678.433	-
(-) SEM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	(1.431)	(1.431)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	305.626.893	246.011.354
INVESTIMENTOS	20.775.427	16.813.465	CAPITAL	209.377.801	169.876.204
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	20.750.689	16.795.655	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	209.765.384	170.157.604
OUTROS INVESTIMENTOS	24.737	17.810	(-) CAPITAL A REALIZAR	(387.584)	(281.400)
IMOBILIZADO	15.941.401	13.684.041	RESERVAS DE SOBRAS	96.249.092	76.135.150
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	961.965	1.391.722			
IMÓVEIS DE USO	10.167.775	8.154.327			
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	9.334.662	8.135.323			
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(4.523.001)	(3.997.331)			
INTANGÍVEL	1.520.819	1.673.444			
ATIVOS INTANGÍVEIS	3.316.173	2.892.678			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(1.795.354)	(1.219.234)			
TOTAL DO ATIVO	762.556.522	649.021.222	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	762.556.522	649.021.222

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2016



> > >



Demonstração do Resultado

Exercício Findo em 31/12/2016 e 31/12/2015 (em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	51.447.286	96.670.137	86.538.506
Operações de Crédito	51.447.286	96.670.137	86.538.506
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(24.491.357)	(52.320.800)	(37.360.425)
Operações de Captação no Mercado	(16.888.010)	(31.740.840)	(22.244.558)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.159.457)	(7.522.745)	(5.947.603)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.443.889)	(13.057.215)	(9.168.265)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	26.955.929	44.349.337	49.178.081
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(6.682.791)	4.612.036	(9.010.353)
Receitas de Prestação de Serviços	1.009.088	1.932.480	1.799.285
Rendas de Tarifas Bancárias	499.632	958.519	846.045
Outras Receitas Operacionais	23.724.785	47.893.174	26.843.608
Despesas de Pessoal	(8.029.608)	(14.701.685)	(12.462.504)
Outras Despesas Administrativas	(6.553.483)	(12.760.137)	(10.796.787)
Despesas Tributárias	(133.636)	(292.924)	(239.064)
Outras Despesas Operacionais	(1.407.455)	(2.625.278)	(1.607.072)
Despesa de Juros ao Capital Próprio	(15.792.113)	(15.792.113)	(13.393.864)
RESULTADO OPERACIONAL	20.273.138	48.961.373	40.167.727
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(3.381)	(2.638)	7.065
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	20.269.758	48.958.735	40.174.792
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(188.018)	(260.211)	(141.853)
PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - P.P.R.	(1.545.225)	(1.545.225)	(1.408.483)
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO (CIRCULAR BACEN 2.739)	15.792.113	15.792.113	13.393.864
SOBRAS LÍQUIDAS (PERDAS LÍQUIDAS)	34.328.628	62.945.413	52.018.320

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2016



Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício (sobras e perdas)

Exercício Findo em 31/12/2016 e 31/12/2015 (em R\$)

Descrição	2016	2015
1. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.945.413	52.018.320
2. EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	52.338
Saldo de exercícios anteriores	—	52.338
3. REVERSÕES		
3.1. LEGAIS/ESTATUTÁRIAS		
- Utilização do FATES (treinamento, eventos)	936.669	450.270
- Resultado com terceiros (ao FATES)	(1.062.164)	(976.835)
- Rendas não Operacionais	(8.507)	(10.328)
- Juros ao Capital Próprio	(15.792.113)	(13.393.864)
SUB TOTAIS	47.019.298	38.139.901
SOBRAS LÍQUIDAS A DESTINAR	47.019.298	38.139.901
4. DESTINAÇÕES		
4.1. FUNDO DE RESERVA		
30% das sobras (art. 72 insc. I)	(14.105.789)	(11.441.970)
4.2. FATES		
5% das sobras (art. 72 insc. II)	(2.350.965)	(1.906.995)
4.3. FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL		
65% das sobras (art. 72 Inc.III)	(30.562.543)	(24.790.936)

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2016



> > >



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício Findo em 31/12/2016 e 31/12/2015 (em R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	ESTATUTÁRIA		
			F. A. C.		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: 01/01/2015	140.097.427	30.476.206	21.306.483	8.967.992	(0)
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES					—
REVERSÕES DE RESERVAS					—
AUMENTOS DE CAPITAL:					—
- Por Incorporação de Sobras					—
- Por Incorporação de Reservas	21.222.892	8.967.992	(21.306.483)	(8.967.992)	(83.591)
- Por Integralizações	5.696.476				5.696.476
- Incorporações de Juros ao Capital Próprio	12.979.391				(414.474)
OUTROS EVENTOS:					—
- Retirada de capital	(8.337.753)				(8.337.753)
- IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(1.782.228)				(1.782.228)
- Utilização do FUNLIQ		447.718			—
- Recuperação de Crédito suportado pelo FUNLIQ		10.328			447.718
- Rendas Não Operacionais					—
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					—
Ajustes do FATES					—
DESTINAÇÕES:					—
- FATES					(1.906.995)
- Reserva Legal					(11.441.970)
- Fundo para Aumento de Capital (F.A. C.)		11.441.970			(24.790.936)
- FUNLIQ					—
- Outros (Especificar)					52.338
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2015	169.876.204	51.344.214	24.790.936	(0)	(0)
MUTAÇÕES NO PERÍODO	29.778.777	20.868.008	3.484.453	(8.967.992)	(0)
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: 01/01/2016	169.876.204	51.344.214	24.790.936	(0)	(0)
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES					—
REVERSÕES DE RESERVAS					—
AUMENTOS DE CAPITAL:					—
- Por Incorporação de Sobras	—				—
- Por Incorporação de Reservas	24.595.940	—			(194.996)
- Por Integralizações	7.577.424				7.577.424
- Incorporações de Juros ao Capital Próprio	15.665.053				(127.060)
OUTROS EVENTOS:					—
- Retirada de capital	(6.061.801)				(6.061.801)
- IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(2.275.018)				(2.275.018)
- Utilização do FUNLIQ		228.039			—
- Recuperação de Crédito suportado pelo FUNLIQ		8.507			228.039
- Rendas Não Operacionais					—
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO					—
Ajustes do FATES					—
DESTINAÇÕES:					—
- FATES					(2.350.965)
- Reserva Legal					(14.105.789)
- Fundo para Aumento de Capital (F.A. C.)		14.105.789			(30.562.543)
- FUNLIQ					—
- Outros (Especificar)					—
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2016	209.377.801	65.686.549	30.562.543	(0)	(0)
MUTAÇÕES NO PERÍODO	39.501.597	14.342.335	5.771.607	(0)	59.615.539

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2016



Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

Exercício Findo em 31/12/2016 e 31/12/2015 (em R\$)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º SEMESTRE 2016	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
Resultado antes da tributação sobre as sobras e participações			
Contas de resultado credoras	20.269.758	48.958.735	40.174.792
Contas de resultado devedoras	100.110.337	170.886.663	123.993.239
Apuração de resultado (imposto de renda e contribuição social)	(81.573.822)	(123.733.362)	(85.368.783)
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	15.079.825	15.993.907	13.504.201
Despesas de depreciação e amortização.....	1.020.955	2.007.229	1.660.672
(Despesas de amortização)	(297.968)	(643.064)	(436.064)
(Despesas de depreciação)	(722.987)	(1.364.165)	(1.224.608)
Outros ajustes.....	14.058.870	13.986.678	11.843.529
Apuração de resultado (imposto de renda, contribuição social e participação dos empregados)	(1.733.243)	(1.805.435)	(1.550.335)
Reversão de Juros Sobre o Capital Próprio (Res. Bacen 2.379)	15.792.113	15.792.113	13.393.864
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(155.075.434)	(40.556.095)	81.662.129
Aplicações interfinanceiras de liquidez	60.212.422	100.681.423	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências.....	26.854.064	2.174.039	57.132.188
Relações interfinanceiras	-	-	-
Relações interdependências	-	-	-
Relações interfinanceiras	11.698.894	8.304.573	35.505.534
Relações interdependências	15.155.170	(6.130.534)	21.626.654
Operações de crédito.....	(56.913.747)	5.708.281	(23.032.735)
Operações de crédito	56.913.747	(5.708.281)	23.032.735
Outros créditos.....	19.600	738.490	(997.508)
Outros créditos	(19.600)	(738.490)	997.508
Outros valores e bens.....	(133.320)	(241.203)	(20.572)
Outros valores e bens	133.320	241.203	20.572
Depósitos	(71.730.527)	48.681.797	67.086.666
Depósitos	(71.730.527)	48.681.797	67.086.666
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-
Empréstimos no país - instituições oficiais	-	-	-
Empréstimos no país - outras instituições	(150.251)	(375.489)	(6.204.552)
Empréstimos no exterior	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outras obrigações	7.191.170	3.439.413	(12.301.358)
Outras obrigações	7.191.170	3.439.413	(12.301.358)
Receitas de exercícios futuros	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(119.725.851)	24.396.548	135.341.122
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação e baixa de imobilizado de uso.....	-	12.011	2.632
Aquisição de investimentos.....	(2.296.791)	(3.961.961)	(3.025.065)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(766.745)	(3.633.536)	(1.649.535)
Aplicação no intangível.....	(176.009)	(423.495)	(799.949)
Outros ajustes	-	(66.944)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.239.545)	(8.073.926)	(5.471.917)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Variações patrimoniais:			
Aumento/(redução) de capital.....	1.282.071	(1.081.452)	(4.921.570)
Aumento/(redução) de capital	1.282.071	(1.081.452)	(4.921.570)
Reservas de sobras.....	44.069	228.039	500.056
Reservas de sobras	44.069	228.039	500.056
Sobras ou perdas acumuladas.....	(2.388.688)	(2.476.460)	(2.433.560)
Sobras ou perdas acumuladas	(2.388.688)	(2.476.460)	(2.433.560)
Despesas de Juros ao Capital Próprio	-	-	-
Despesas de Juros ao Capital Próprio	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.062.548)	(3.329.874)	(6.855.074)
TOTAL DO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	(124.027.944)	12.992.748	123.014.131
Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(124.027.944)	12.992.748	123.014.131
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	339.980.008	202.959.316	79.945.185
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	215.952.064	215.952.064	202.959.316



> > >



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercício Findo em 31/12/2016 e 31/12/2015 (em R\$)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural, é uma Cooperativa singular com sede na cidade de Rio Verde - GO, Instituição Financeira não bancária, integrante do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB, filiada da Cooperativa Central de Crédito de Goiás - Sicoob Goiás Central e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A.

O Sicoob Credi-Rural possui Postos de Atendimentos - PA's nos municípios de Rio Verde, Jataí, Acreúna, Paraúna, Montividiu, Indiara, Santa Helena de Goiás, Iporá, São Luis de Montes Belos, Caiapônia, Edéia, Catalão e Jandaia. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Amorinópolis, Aporé, Baliza, Aragarças, Arenópolis, Bom Jardim, Bom Jesus de Goiás, Castelândia, Cezarina, Chapadão do Céu, Diorama, Doverlândia, Edealina, Firminópolis, Goiatuba, Ivolândia, Maurilândia, Montes Claros de Goiás, Palestina, Palmeiras de Goiás, Palminópolis, Piranhas, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna, Serranópolis, Turvelândia, e outros municípios que vierem ser desmembrados dos ora citados.

O Sicoob Credi-Rural é constituído com o objetivo precípua de:

- * Estimular o desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados;
- * Estimular a pesquisa e promover as atividades de proveito econômico de seus associados;
- * Proporcionar pela mutualidade, assistência financeira aos associados, com a finalidade de promover a qualidade e a produtividade em suas atividades de proveito econômico;
- * Promover o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados e familiares e dos empregados da Cooperativa;
- * Prestar serviços inerentes às atividades específicas de instituição financeira.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- As demonstrações financeiras foram estruturadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades financeiras, observando-se as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76), na Lei nº. 4.595/64, que rege o sistema financeiro nacional, na Lei nº. 5.764/71, que rege as sociedades cooperativas e na Lei Complementar nº. 130/2009, bem como de conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF do Banco Central do Brasil.
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo BACEN:

CPC nº	Assunto	Deliberação nº CVM	Resolução
01 - R1	Redução ao valor recuperável de ativos	639/10	3.566/2008 - CMN
03 - R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	641/10	3.604/2008 - CMN
04 - R1	Ativo Intangível	644/10	1.303/2010 - CFC
05 - R1	Divulgação das Partes Relacionadas	642/10	3.750/2009 - CMN
24	Eventos Subsequentes	593/09	3.973/2011 - CFC
25	Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	594/09	3.823/2009 - CMN
26 - R1	Apresentação das Demonstrações Contábeis	676/11	1.376/2011 - CFC

- Em face de ausência de disposições normativas exaradas pelo Banco Central do Brasil deixamos de observar conceitos e terminologia própria das sociedades cooperativas estabelecidas na NBC-T 10.8.



- d) Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, padrão monetário vigente, desprezados as frações de centavos.

NOTA 03 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Observados os preconizados pela Resolução 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, e alterações posteriores, destacando-se as seguintes principais práticas contábeis:

a - Regime Contábil

As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades do Sicoob Credi-Rural são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pós - fixadas estão atualizadas até a data do balanço e as operações com taxas pré-fixadas estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas inerentes a períodos futuros foram registradas em contas redutoras.

b - Correção Monetária das Demonstrações Contábeis

Deixamos de reconhecer nas demonstrações contábeis, os efeitos inflacionários decorrentes da perda do poder aquisitivo da moeda nacional, em cumprimento à determinação contida no artigo 4º da Lei 9.249/95 e Circular 2.682/96 do Banco Central do Brasil, devendo esta restrição ser considerada nas análises das informações condensadas.

c - Caixa e equivalência de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e liquidez imediata no prazo de vencimento de até 90 dias.

d - Operações de Crédito

As operações de crédito são apresentadas conforme preconizado pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999, e Resolução CMN/BACEN 2.697, de 24.02.2000, considerando eventuais períodos de inadimplência, riscos e perdas na realização, conforme letra "e" da nota explicativa 6.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco, sendo que as vencidas e não pagas há mais de 180 (cento e oitenta) dias são classificadas como de risco nível H, sendo constituída provisão para perdas de 100% (cem por cento) dos respectivos valores.

As receitas oriundas das operações vencidas a mais de 60 (sessenta) dias somente são reconhecidas como realizadas quando efetivamente recebidas.

Após 6 (seis) meses da classificação no nível de risco H, as operações são baixadas contra a provisão existente, transferidas para prejuízo, sendo controladas no grupo de contas de compensação.

Os Adiantamentos a Depositantes estão sendo transferidos para o prejuízo, controlados no grupo de contas de compensação, de acordo com os prazos estabelecidos pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999.

e - Provisão para Perdas em Operações de Crédito

As provisões para perdas em operações de crédito foram constituídas com base no disposto nas Resoluções CMN/BACEN 2.682/1999 e 2.697/2000, bem como critérios internos, sendo seu somatório considerado pela administração suficiente para fazer face as prováveis perdas na realização dos créditos, cobrindo assim:

100% (cem por cento) das operações de crédito vencidas a mais de 180 (cento e oitenta) dias;

100% (cem por cento) dos adiantamentos a depositantes não cobertos a mais de 30 (trinta) dias, conforme Resolução do Sicoob Confederação nº. 30;

Percentual variável sobre os créditos de curso normal e anormal, conforme preconizado na Nota 6, letra "e", item "l".

Também está sendo constituída a provisão para perdas da Carteira de Repasse e Cartão de Crédito de acordo com nível de risco do associado, conforme percentual estabelecido pela Resolução CMN/BACEN 2.682, de 21.12.1999.

NOTA 04 - DISPONIBILIDADES

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

DISPONIBILIDADES	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1.914.503	1.624.889
Depósitos Bancários	119.372	103.511
TOTAL	2.033.876	1.728.400



> > >



NOTA 05 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Está composta dos valores da centralização financeira mantida no SICOOB GOIÁS CENTRAL, em rubrica específica em cumprimento à Circular BACEN 3.238 de 17.05.2004, os valores das aplicações, em Depósitos Interfinanceiros são aplicações diretas junto ao Bancoob, em comum acordo com o Sicoob Goiás Central para lastro das LCA - Letra de Crédito do Agronegócio.

RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros Centralização Financeira	100.681.423 213.918.189	– 201.230.916
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVA	314.599.611	201.230.916

NOTA 06 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Resumo operações curto e longo prazo:

Operações de Crédito	31/12/2016	31/12/2015
CURTO PRAZO		
Empréstimos e Títulos Descontados	167.170.005	100.979.107
Financiamentos	32.275.300	36.290.255
Financiamentos Rurais e Agro-Industriais (Receitas a Apropriar)	223.872.304	259.151.805
(Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa)	(17.818.597)	(15.634.250)
	(24.685.603)	(12.612.240)
Total Curto Prazo	380.813.408	368.174.677
LONGO PRAZO		
Empréstimos	2.848.553	975.839
Financiamentos	15.875.507	27.734.471
Financiamentos Rurais e Agro-Industriais (Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa)	8.220.159	16.591.536
	(1.947.166)	(1.957.780)
Total do Longo Prazo	24.997.052	43.344.065
TOTAL DA CARTEIRA	405.810.461	411.518.742

b) Composição da Carteira de Crédito por Setor de Atividade

Setor de Atividade	31/12/2016	31/12/2015
Setor Privado		
Pessoa Física	179.713.745	113.767.804
Pessoa Jurídica	25.374.251	44.672.337
Rural	227.399.651	267.648.620
TOTAL	432.487.647	426.088.762

c) Composição da Carteira de Crédito por Níveis de Risco

Apresentação líquida das receitas inerentes a períodos futuros, as quais encontram-se registradas em contas redutoras do ativo.



Carteira

Risco	Empréstimos e Títulos Descontados	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
AA	59.846	-	-	59.846	37.644
A	4.678.073	1.489.072	8.774.181	14.941.325	21.542.825
B	87.650.346	32.559.884	185.854.991	306.065.221	318.051.638
C	32.858.081	3.568.916	24.587.232	61.014.230	55.969.367
D	9.406.623	531.837	4.374.314	14.312.774	10.239.462
E	7.882.340	6.005.035	482.551	14.369.926	12.223.577
F	8.115.316	1.299.997	279.182	9.694.496	6.028.078
G	3.034.217	12.014	54.930	3.101.160	394.786
H	5.599.802	336.597	2.992.270	8.928.669	1.673.807
TOTAL	159.284.646	45.803.351	227.399.651	432.487.647	426.161.183

Dentro da Carteira por Nível de Risco contém o registro dos Outros Créditos que é composto pelos Avais e Fianças Honrados pela cooperativa que neste caso estão representados pelos cartões de crédito em atraso no valor de R\$ 44.417 (quarenta e quatro mil quatrocentos e dezessete reais), que também está discriminado na nota 7 - Outros Créditos.

d) Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

I - VENCIDAS

Setor Privado				
Dias	Empréstimos, Tít. Descontados e Financiamentos	Crédito Rural	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
De 1 a 60	2.078.863	766.001	2.844.864	2.069.220
Entre 61 e 180	2.806.802	486.145	3.292.947	920.588
Entre 181 e 360	1.936.218	1.712.450	3.648.668	964.211
Acima de 361	20.452	272.516	292.968	13.664
TOTAL	6.842.336	3.237.112	10.079.448	3.967.683

II - VINCENDAS

Setor Privado				
Dias	Empréstimos, Tít. Descontados e Financiamentos	Crédito Rural	Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
Até 180	111.431.224	145.285.751	256.716.975	244.937.806
Entre 181 e 360	68.090.377	70.656.629	138.747.005	131.953.849
Acima de 361	18.724.060	8.220.159	26.944.219	45.301.845
TOTAL	198.245.661	224.162.538	422.408.199	422.193.500

e) Provisão para Perdas em Operações de Crédito

I - CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO



> > >



Provisão

Risco	Valor da Carteira	Percentual Requerido	Percentual Constituído	Valor em 31/12/2016	Valor em 31/12/2015
AA	59.846	0,0%	0,0%	-	-
A	14.941.325	0,5%	0,5%	74.707	107.714
B	306.065.221	1%	1%	3.060.652	3.180.516
C	61.014.230	3%	3%	1.830.427	1.679.081
D	14.312.774	10%	10%	1.431.277	1.023.946
E	14.369.926	30%	30%	4.310.978	3.667.073
F	9.694.496	50%	50%	4.847.248	3.014.039
G	3.101.160	70%	70%	2.170.812	276.350
H	8.928.669	100%	100%	8.928.669	1.673.807
TOTAL	432.487.647	***	***	26.654.770	14.622.527

II - EVOLUÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Carteira	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Títulos Descontados	16.972.413	6.122.959
Financiamentos	3.289.811	2.476.262
Financiamentos Rurais	6.392.546	6.023.306
TOTAL	26.654.770	14.622.527

f) Recuperação de Créditos Baixados em Prejuízo

Operação	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no Início do Período	9.033.066	2.742.148
Recebimento	728.382	259.427
Baixa como Prejuízo	863.598	5.176.911
Saldo no Final do Período	9.168.281	7.659.631

NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	482.093	1.220.582
Outros Créditos	482.093	1.220.582
Créditos Avais e Fianças Honrados (*)	44.417	72.421
(-) Provisão para Outros Créditos	(22.002)	(52.504)
Rendas a Receber	114.984	71.837
Adiantamentos e Antecipações Salariais	86.298	65.484
Adiantamentos p/ Pgtos de Nossa Conta	50	6.010
Adiantamentos por Conta de Imobilizações (*)	104.126	675.300
Títulos e Créditos à Receber	5.575	4.980
Devedores Diversos	148.645	377.055
Não Circulante	920.354	920.354
Devedores por Depósito em Garantia (*)	920.354	920.354
Outros	1.431	1.431
Sem Características de Concessão de Crédito	(1.431)	(1.431)
TOTAL	1.402.446	2.140.936



(*) Créditos Avais e Fianças Honrados já mencionado na nota 6.c são os cartões honrados pela cooperativa quando da não liquidação pelo associado, que compõe a carteira de crédito da cooperativa registrado em nome do associado devedor, constitui-se provisão para perda deste valor registrado o montante de R\$ 22.002 (vinte e dois mil, e dois reais), no período em análise.

(*) O registro de adiantamento por conta de imobilização refere-se:

" Licenças de software TOTVS para melhoria nos controles de compras, contábil, financeiro e estoque no montante de R\$ 104.126 (cento e quatro mil cento e vinte e seis reais).

(*) O montante de R\$ 920.354 (novecentos e vinte mil trezentos e cinquenta e quatro reais), registrado como "Devedores por depósitos em Garantia", refere-se exclusivamente a depósito judicial de ação movida contra a Receita Federal em contestação a intenção de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre ato cooperativo, que tramita nas esferas competentes.

NOTA 08 - OUTROS VALORES E BENS

Despesas Antecipadas e Material em Estoque

Refere-se a despesas a incorrer em exercícios futuros, tais como: prêmios de seguros, materiais em estoque e outros, cujo saldo em 31/12/2016 somava R\$ 472.481 (quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais).

CONTA	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas	444.009	228.517
Material em Estoque	28.472	2.761
TOTAL	472.481	231.278

NOTA 09 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

a) Realizável a Longo Prazo

O montante registrado como realizável a longo prazo, reflete os valores a receber da carteira de empréstimos (nota 6 "a").

b) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

CONTA	31/12/2016	31/12/2015
Participações em Cooperativa Central de Crédito	8.938.427	7.823.142
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. Crédito	11.805.150	8.972.514
Outros Investimentos	31.850	17.810
TOTAL	20.775.427	16.813.465

Representado basicamente pela aquisição de 6.438.989 (seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, novecentas e oitenta e nove) ações, do Tipo PN, do BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil S/A e, 8.938.427 (oito milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentas e vinte e sete) cotas de capital, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), da Cooperativa Central de Crédito de Goiás - Sicoob Goiás Central, cujo capital em 31/12/2016 somava R\$ 87.546.655 (oitenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais).

c) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95. As depreciações foram apuradas pelo método linear, considerando a vida útil estimada para cada bem, observados os limites e taxas anuais admitidos pela legislação tributária vigente.

As imobilizações em curso são registradas pelos custos já incorridos.



> > >



CONTAS	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	SITUAÇÃO LÍQUIDA 31/12/2016	SITUAÇÃO LÍQUIDA 31/12/2015	TAXA DEPRECIAÇÃO a.a.%
Imobilizações em Curso	961.965	-	961.965	1.391.722	0
Imóveis de Uso	10.838.568	(670.793)	10.167.775	7.688.721	4
Instalações	2.563.326	(618.968)	1.944.359	1.596.411	10
Aparelhos de Refrigeração	473.098	(186.967)	286.131	216.295	10
Máquinas e Equipamentos	263.679	(95.458)	168.220	117.083	10
Mobiliário	1.184.004	(490.497)	693.507	611.627	10
Biblioteca	840	(840)	-	-	10
Sistema de Comunicação	200.275	(39.215)	161.060	55.976	10 e 20
Sist. Proces. de Dados	3.439.151	(2.528.129)	911.023	1.319.307	20
Sist. Vigil. Segurança	517.132	(173.609)	343.523	324.642	10
Sistema de Transportes	693.157	(389.318)	303.839	362.256	20
TOTAL	21.135.195	(5.193.794)	15.941.401	13.684.041	***

d) Intangível

Os Direitos de Uso de Software são contabilizados em ativos intangíveis e suas amortizações realizadas ao longo de sua vida útil.

CONTAS	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SITUAÇÃO LÍQUIDA 31/12/2016	SITUAÇÃO LÍQUIDA 31/12/2015	TAXA AMORTIZAÇÃO a.a%
Ativos Intangíveis	3.316.173	(1.795.354)	1.520.819	1.673.444	10

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Embora tenha sido efetuado em parte o teste de recuperabilidade dos ativos, acredita-se que não haveria necessidade de provisão para perda na recuperação de ativos pelas seguintes razões:

I) Dos investimentos não circulantes, avaliados ao custo por não estarem sujeitos ao MEP, 56,82% são representados por ações do BANCOOB, não havendo qualquer indicativo de que não sejam integralmente recuperáveis, já que o valor patrimonial da ação em 31/12/2016 foi de R\$ 1,83 (um real e oitenta e três centavos) e o custo das ações foi em média R\$ 1,79 (um real e setenta e nove centavos), e 43,02% por cotas da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. - SICOOB GOIÁS CENTRAL, a qual apresenta em suas demonstrações financeiras indicativos de ser uma instituição fortemente solidá e com alta liquidez.

II) No imobilizado o teste aplicado nos terrenos, edificações e veículos, ocorre anualmente no final do exercício, onde os valores encontrados são compatíveis com os registrados na contabilidade.

Por fim, dado ao fato que o somatório desses ativos representa apenas 5,01% do total de ativos, acredita-se que a provisão para perda com eventual ativo que esteja desvalorizado não impactaria significativamente nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

NOTA 10 - DEPÓSITOS

Referem-se aos depósitos à vista e aos depósitos à prazo que são os valores em conta corrente e as aplicações financeiras respectivamente dos associados, conforme discriminação a seguir:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à vista	62.819.157	62.309.988
Depósito à prazo	106.203.476	102.495.643
TOTAL	169.022.633	164.805.631

NOTA 11 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) que foram emitidas pela Credi-Rural com o prazo de 12 (doze) meses. São títulos vinculados a direitos creditórios (garantia) originários do agronegócio mantidos na carteira da



própria Cooperativa e de exigibilidade imediata. Todas LCA assim como seus direitos creditórios estão de acordo com as regras do sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	31/12/2016	31/12/2015
LCA - Juros variáveis	Juros anuais de 80%, 83%, 86% e 90% do CDI	130.877.285	86.412.490

NOTA 12 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Repasses Interfinanceiros

Refere-se a recursos obtidos junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados por meio de operações de financiamentos de custeio e investimento rural. Os repasses aos associados não são acrescidos de comissão de intermediação, sendo que o montante captado foi repassado aos associados nas mesmas condições da captação, conforme discriminação a seguir:

OPERAÇÕES DE REPASSES - Classificadas no Passivo Circulante

ORIGEM DO RECURSO	ANO DA OPERAÇÃO	VALOR DA OPERAÇÃO	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO DO CONTRATO	SALDO DEVEDOR
Bancoob	2014	4.000.000	4,50%	2017	1.349.490
Bancoob	2013 e 2014	12.000.000	5,50%	2017 e 2018	4.945.268
Bancoob	2016	54.500.000	8,75%	2017	58.666.065
Bancoob	2016	49.490.000	9,50%	2017	53.036.939
Recursos do Bancoob					117.997.762
Despesas à Apropriar					-3.593.019
Repasses Interfinanceiros					114.404.742

As garantias prestadas são representadas por avais da própria Diretoria Executiva.

NOTA 13 - RELAÇÕES INTERDEPENDENCIAIS

O valor de R\$ 15.496.120 (quinze milhões quatrocentos e noventa e seis mil cento e vinte reais) refere-se a recursos dos associados da cooperativa, movimentados por meio de ordens de pagamento que não foram compensados até a data de 31/12/2016.

RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de Pagamento	15.496.120	21.626.654
TOTAL	15.496.120	21.626.654

Cabe informar, que tal recurso era registrado anteriormente na rubrica cheques administrativos, conforme orientações da CCI 15049/2015 Sicoob Goiás Central, datada de 23/01/2015, foi padronizado as alterações nos registros contábeis a partir desta data, como também está divulgada em nota explicativa de número 15 alínea "D" adiante.

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS

Empréstimos juntos ao Sicoob Goiás Central utilizado para compra das ações do Bancoob foi liquidado em outubro de 2016.

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	31/12/2016	31/12/2015
Cooperativa Central de Crédito de Goiás	-	375.489
TOTAL	-	375.489



> > >



NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Refere-se à retenção de Imposto Sobre Operações Financeiras (operações de crédito e aplicações financeiras).

IOF à Recolher	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito	29.652	48.353
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	18.964	13.289
TOTAL	48.616	61.641

b) Sociais e Estatutárias

I - FUNDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EDUCACIONAL E SOCIAL - FATES

Atendendo a determinação do Banco Central do Brasil, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES encontra-se registrado no Passivo Circulante, apresentando um saldo de R\$ 11.318.921 (onze milhões trezentos e dezoito mil novecentos e vinte e um reais), tendo sido constituído conforme abaixo demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	8.842.460	6.408.900
Utilização no Período	(936.669)	(450.270)
Destinação Conforme Estatuto Social	2.350.965	1.906.995
Destinação Resultado com Terceiros	1.062.164	976.835
Saldo no final do período	11.318.921	8.842.460

II - COTAS DE CAPITAL A PAGAR

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cotas de capital a pagar	4.644.358	5.102.369

O valor de R\$ 4.644.358 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito reais) refere-se a cotas de capital a devolver de associados demitidos, eliminados ou excluídos no decorrer do atual e de exercícios anteriores.

III - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Refere-se à participação dos funcionários nos resultados da cooperativa (Lei 10.101/2000), conforme planejamento estratégico e cujo montante no exercício de 2016 foi de R\$ 1.545.225 (hum milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais).

c) Fiscais e Previdenciárias

Referem-se a obrigações fiscais e previdenciárias (impostos e contribuições incidentes sobre o resultado, faturamento, serviços de terceiros, salários e honorários):

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições s/ Lucros	29.952	27.133
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	50.684	51.077
Impostos e Contribuições s/ Salários	594.729	551.358
Outros (*)	2.504.317	1.925.708
TOTAL	3.179.682	2.555.275

(*) O montante de R\$ 2.504.317 (dois milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e dezessete reais), registrado como "Outros", refere-se basicamente a provisão para pagamento do IRRF sobre aplicações financeiras no valor de R\$



211.483 (duzentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e três reais), e IRRF sobre o pagamento de juros ao capital próprio referente ao exercício 2016 no valor de R\$ 2.281.181 (dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, cento e oitenta e um reais).

Em reunião do Conselho de Administração 393^a trecentésima nonagésima terceira, realizada em 19 de dezembro de 2016, foi definido o percentual da remuneração dos juros ao capital próprio para o exercício de 2016 de 8,50% ao ano. Os juros ao capital próprio foram contabilizados seguindo regras emanadas do Banco Central do Brasil conforme (Circular 2.739/97).

d) Diversas

I - PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

Referem-se a provisão para pagamentos a efetuar, conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cheques Administrativos	189.019	176.897
Fornecedores (*)	365.287	949.348
Salários e Vencimentos	619.146	463.554
Provisão p/ Pg. de Despesas com Pessoal	1.629.064	1.432.581
Provisão p/ Pg. de Outras Despesas Administrativas	353.038	298.118
TOTAL	3.155.555	3.320.498

(*) O montante de R\$ 365.287 (trezentos e sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e sete reais) registrado como "Fornecedores", refere-se basicamente as renovações de licenças da Microsoft que serão pagas no mês de janeiro de 2017.

II - CREDORES DIVERSOS

Rubrica composta pelas contas abaixo relacionadas. Representam obrigações do Sicoob Credi-Rural para com terceiros e para com seus associados.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Pendências a regularizar	14.159	122.129
Diferença de caixa	7.350	2.627
Créditos de terceiros	6.429	4.131
Cooperativa Central	39.722	36.222
Outros	13.603	1.914
Cheques depositados (*)	128.720	170.080
TOTAL	209.983	337.104

(*) O montante registrado como cheques depositados, refere-se a cheques da carteira de desconto de títulos e que só serão compensados no início do período seguinte.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
PIS - Depósito Judicial	275.594	262.074
COFINS - Depósito Judicial	920.354	920.354
Provisão para Garantias Prestadas (*)	1.152.129	879.178
Outros Passivos Contingentes (*)	678.433	-
TOTAL	3.026.510	2.061.605

A legalidade da exigência de recolhimento da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e do PIS - Programa de Integração Social está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do Sicoob Goiás Central, através de mandado de segurança aforado pelas mesmas, com pedido de liminar.



> > >



Em primeira instância, a segurança foi parcialmente concedida, tendo sido reconhecida a constitucionalidade da cobrança da COFINS sobre a receita de atos cooperativos, excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros, cujos recolhimentos a cooperativa efetua tempestivamente.

No caso do PIS, a liminar requerida pelas cooperativas foi negada em 08/08/2000. Inconformadas, as cooperativas interpuseram recurso de apelação e no julgamento realizado em 15 de maio de 2009, a 8^a Turma do TRF da 1^a Região deu provimento ao recurso manejado, afastando assim a incidência do PIS sobre o ato cooperativo.

Apesar da decisão ainda comportar recurso, a Fazenda Nacional está impedida de autuar, lançar e cobrar PIS e COFINS das cooperativas de crédito do Sicoob Goiás Central. Quando esta decisão tornar-se definitiva, as cooperativas terão direito de pleitear o resarcimento à Fazenda Nacional dos depósitos efetuados a título de COFINS, quanto ao PIS, não foi efetuado depósito para o mesmo, no entanto se encontra provisionado pelo principal e atualizado dos encargos incidentes.

(*) As provisões para as garantias prestadas refere-se a provisão das operações de repasse e cartão de crédito, constituída a partir de setembro de 2015.

(*) Em virtude de existir processos judiciais em desfavor da Cooperativa, conforme Relatório de andamento processual emitidos pelo escritório de Advocacia Marciano, Leão & Maffissoni Advogados Associados SS, datado de 10 de janeiro de 2017, e pelo Advogado Dr. Cairo Augusto Gonçalves Arantes OAB/12.974, relatório datado de 06 de janeiro de 2017, bem como atendendo o que determina a CPC (Comitê de Pronunciamentos Técnicos Contábeis), número 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Processos citados e provisionados:

- " Processo nº 201303412815, natureza indenização no valor de R\$ 510.600 (quinhentos e dez mil, seiscentos reais).
- " Processo nº 201301939387, natureza indenização no valor de R\$ 161.314 (cento e sessenta e um mil, trezentos e quatorze reais).
- " Processo nº 201400887881, natureza embargos de terceiros no valor de R\$ 6.519 (seis mil quinhentos e dezenove reais).

Processos citados:

- " Processo 201303412815 e 201301939387, tratam de pleito indenizatório (acidente de trânsito), sendo provável que as partes contrárias à Cooperativa consigam êxito, embora valores sejam uma incógnita. Há que se considerar, ainda, envolvimento de seguradora (Mapfre), onde parte da quantia estabelecida em juízo será arcada por esta empresa.
- " Processo 201400887881, Embargo de terceiros, resguardando os direitos de penhora de imóvel.
- " Processo 201403295306, prejuízo em reparação de danos.
- " Processo 201600261200, anulatória de aval.
- " Processo 51557370920168090135, indenização.
- " Processo 51404364820168090094, indenização.
- " Processo 00101960320145180102, responsabilidade subsidiária, reclamação trabalhista de funcionário de empresa terceirizada que prestava serviços na cooperativa.
- " Processo 2607970420168090023, indenização.

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano está assim representado:

Nomenclatura	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	209.377.801	169.876.204
Capital de Domiciliados no País	209.765.384	170.157.604
(-) Capital a Realizar	(387.584)	(281.400)
Reserva de Sobras	96.249.092	76.135.150
Reserva Legal	65.686.549	51.344.214
Fundo para Aumento de Capital	30.562.543	24.790.936
Total (PL)	305.626.893	246.011.354



O Capital Social, constituído por cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), representa a integralização de 6.160 (seis mil cento e sessenta) associados. Cada associado possui 01 (um) voto, independentemente da quantidade de cotas que o mesmo detenha; sendo este pessoal e intransferível.

NOTA 18 - SOBRAS LÍQUIDAS

As sobras líquidas ao final do semestre de 2016 importam em R\$ 47.019.298 (quarenta e sete milhões, dezenove mil, duzentos e noventa e oito reais) e estão assim demonstradas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício	62.945.413	52.070.658
Utilização do FATES	936.669	450.270
Resultado com Terceiros (ao FATES)	(1.062.164)	(976.835)
Rendas Não Operacionais	(8.507)	(10.328)
Juros ao Capital Próprio	(15.792.113)	(13.393.864)
Sobras Ajustadas	47.019.298	38.139.901
(-) Destinações Estatutárias		
(-) FATES (5%)	(2.350.965)	(1.906.995)
(-) Reserva Legal (30%)	(14.105.789)	(11.441.970)
(-) Fundo para Aumento de Capital (65%)	(30.562.543)	(24.790.936)

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

a) Saldos e transações com o pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Principais saldos	31/12/2016	% em relação ao total
Ativo		
Operações de Crédito	14.905.036	3,375%
Passivo		
Depósitos à vista	1.682.820	2,128%
Depósitos a prazo	9.787.836	9,303%
LCA	7.326.377	5,598%
Patrimônio líquido		
Capital Social	7.076.632	3,380%



> > >



b) Saldos e transações com a gerência e superintendência

Principais saldos	31/12/2016	% em relação ao total
Ativo		
Operações de Crédito	180.727	0,041%
Passivo		
Depósitos à vista	47.569	0,060%
Depósitos a prazo	173.051	0,164%
LCA	657.349	0,502%
Patrimônio líquido		
Capital social	323.581	0,155%

NOTA 20 - GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 75.393.925 (setenta e cinco milhões, trezentos e noventa e três mil e novecentos e vinte e cinco reais), referentes a aval prestado em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A Cooperativa constitui provisão de risco de acordo com nível de risco dos associados tomadores das operações de repasses.

Nível de Risco	31/12/2016			31/12/2015		
	Saldo das Operações		Provisão Risco	Saldo das Operações		Provisão Risco
Nível AA	-	-	-	605.522	-	-
Nível A	21.500.333	0,5%	107.502	41.686.182	0,5%	208.431
Nível B	48.504.291	1%	485.043	28.949.582	1%	289.496
Nível C	3.477.643	3%	104.329	1.786.358	3%	53.591
Nível D	1.167.789	10%	116.779	150.279	10%	15.028
Nível E	408.809	30%	122.643	495.926	30%	148.778
Nível F	99.606	50%	49.803	325.076	50%	162.538
Nível G	231.416	70%	161.991	1.880	70%	1.316
Nível H	4.039	100%	4.039	-	100%	-
TOTAL	75.393.925		1.152.129	74.000.805		879.178

NOTA 21 - PARTICIPAÇÃO NO FGCOOP

Conforme Circular BCB nº 3.700, Carta Circular nº 3.636, de 6 de março de 2014 foi criado o FGCoop - Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito, que por orientações da CCI-082/2014 - Sicoob Confederação dispõe que toda cooperativa do Sicoob, contribuirá com o FGCoop.

NOTA 22 - ACORDO DE COMPENSAÇÃO

Trata-se de aplicações do Sicoob Credi-Rural junto ao Sicoob Goiás Central, objetos de Acordo de Compensação (ACO) em relação as operações da Cooperativa junto ao Bancoob, em cumprimento ao artigo 3º Resolução CMN 3.263/2005".

Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, operações de crédito no ativo e aplicações em depósitos à prazo, RDC, no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão demonstrados nas rubricas:

3.0.9.99.00.026-0 (6195-3) - Controle ACO Cooperativas x Bco (Quando Cooperativa Singular)

9.0.9.99.00.025-5 (6197-7) - Controle Acordos Compensação (Quando Cooperativa Singular)



Os saldos foram zerados no mês 11/2016 devido uma movimentação em relação as aplicações que a cooperativa possui junto ao Bancoob, onde antes estavam como garantias na centralização financeira, e agora estão como garantias nas operações das LCA's.

Controle Acordos Compensação - Aplicações Singulares na Central	31/12/2016	31/12/2015
Controle - A.C.O Cooperativas X Banco	-	94.289.366
TOTAL	-	94.289.366

NOTA 23 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração do fluxo de caixa - DFC foi elaborada em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº. 3.604/2008, pelo método indireto, de acordo com o modelo anexo a CA-696/2008 do Sicoob Brasil.

Reconhecemos a exatidão das presentes demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016, cujo balanço patrimonial importa em R\$ 762.556.522 (setecentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais).

Rio Verde - GO, 31 de dezembro de 2016.

Antonio Chavaglia
Presidente Conselho de Administração
CPF: 025.686.831-0

Fábio Bellintani Iplinsky
Diretor Administrativo
CPF: 067.273.398-64

Kadmo Ribeiro Carneiro
Diretor Operacional
CPF: 095.864.821-20

Claudinei Donizete Fabro
Contador CRC-GO 014853/0-7
CPF: 280.739.338-10



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais de Uso Geral

Aos
Administradores da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano – Sicoob Credi-Rural
Rio Verde-GO

Prezados Senhores;

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural**, levantada em 31 de dezembro de 2016 que compreendem o Balanço Patrimonial. Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração do Fluxo de Caixa. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural** naquela data e foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.595/1964 que dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Lei n. 5.764/1971 que dispõe sobre a Política Nacional do Cooperativismo, Lei Complementar n. 130/2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Resolução BACEN n. 4.434 de 05/08/2015 que dispõe sobre a Constituição e Funcionamento das Cooperativas de Crédito, Circular 3467/2010, alterada pela Circular 3482/2010 BACEN que dispõe sobre a Avaliação da Qualidade e Adequação do Sistema de Controles Internos, aplicadas às entidades regidas pelas Normas e Instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Sistema Financeiro Nacional e em conformidade com o disposto nas Resoluções CFC NBCTA 700, NBCTA 701, NBCTA 705 e NBCTA 706, todas de 17/06/2016 que normatizam os aspectos inerentes aos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada 'Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis'. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



> > >



Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31/12/2015, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, datado de 10/03/2016.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 4.595/1964 que dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Lei n. 5.764/1971 que dispõe sobre a Política Nacional do Cooperativismo, Lei Complementar n. 130/2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Resolução BACEN n. 4.434 de 05/08/2015 que dispõe sobre a Constituição e Funcionamento das Cooperativas de Crédito, Circular 3467/2010, alterada pela Circular 3482/2010 BACEN que dispõe sobre a Avaliação da Qualidade e Adequação do Sistema de Controles Internos aplicadas às entidades regidas pelas Normas e Instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriada nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade, conforme requerido pelo Banco Central do Brasil em seus normativos.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia-GO, 02 de fevereiro de 2017

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/GO 000757/0-6

VALDIR MENDONÇA ALVES
Contador CRC/GO nº 005944/0-4
Sócio/Gerente de Auditoria



> > >



Parecer do Conselho Fiscal

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano, sigla Sicoob Credi-Rural, examinamos o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício – sobras e perdas, relativo ao período findo em 30 de dezembro de 2016, acompanhados das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e ainda das notas explicativas anexas. Nossos exames incluíram verificações nos controles internos e visitas aos entrepostos da Cooperativa, quando procedemos ao exame das operações realizadas durante o referido período, através de análise de documentos, lançamentos contábeis e ainda de conciliações físicas.

Com base nos exames, verificações, parecer da Auditoria Independente, somos de parecer que as demonstrações representam adequadamente a posição econômica, financeira e patrimonial do Sicoob Credi-Rural, em 30 de dezembro de 2016, bem como o resultado do exercício.

Rio Verde - GO, 01 de fevereiro de 2017.

Adriano Popp

Armante Campos Guimarães Júnior

Carlos Roberto Marques Júnior

Henrique de Campos Citroni

Juzilane Carvalho Dias

Ricardo Martins Diniz



Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob - Ano 2016

1. Risco Operacional

- 1.1 As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- 1.2 O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- 1.3 As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- 1.4 Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- 1.5 Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

2. Riscos de Mercado e de Liquidez

- 2.1 O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- 2.2 Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- 2.3 No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- 2.4 No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- 2.5 Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.



> > >



3. Risco de Crédito

- 3.1 O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- 3.2 Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- 3.3 Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- 3.4 Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

4. Gerenciamento de Capital

- 4.1 A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- 4.2 Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Goiano - Sicoob Credi-Rural aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- 4.3 O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- 4.4 Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Rio Verde – GO, 30 de dezembro de 2016.

Fábio Bellintani Iplinsky

Diretor responsável pelo Gerenciamento dos Riscos Operacional, de Mercado e de Liquidez, de Crédito e pelo Gerenciamento de Capital